

**PROCESSOS UNITÁRIOS****Relator, Ministro José Múcio Monteiro**

TC 004.485/2010-6

Natureza: Monitoramento (em prestação de contas)

Interessado: Tribunal de Contas da União

Responsáveis: Elias Fernandes Neto, diretor geral do Dnocs (CPF 019.792.054-34), Albert Brasil Gradwhol, diretor administrativo do Dnocs (CPF 081.750.123-15), e Francisco Rennys Aguiar Frota, diretor de desenvolvimento tecnológico e produção do Dnocs (CPF 800.105.633-34)

Unidade: Departamento Nacional de Obras contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.780/2009-8

Natureza: Tomada de Contas Especial

Responsável: Benedito Ferreira Pires Segundo (ex-prefeito, CPF 012.222.103-63)

Unidade: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Maranhão/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.230/2007-9

Natureza: Tomada de Contas Especial

Responsáveis: Rosemiro Rocha Freires (ex-prefeito, CPF 030.327.952-49), Solange Helena de Souza Brito (ex-secretária municipal de Saúde, CPF 174.711.332-87) e Município de Santana/AP (CNPJ 23.066.640/0001-08)

Unidade: Prefeitura Municipal de Santana/AP

Advogados constituídos nos autos: Deire Sandre Correa (OAB/AP 1256), Elaine Cristina Souza da Silva (OAB/AP 945), Eurico Araújo

Vasques Júnior (OAB/AP 851), Heli Lopes Dourado (OAB/GO 9199), Jandira Henriques de Araújo (OAB/AP 1097), Roberval Carlos Viana Holanda (OAB/AP 1297), Ronise Silva da Silva (OAB/AP 829), Sandra Regina Martins Maciel Alcântara (OAB/AP 599), Clarissa Andreta (OAB/GO 6191-E), Eládio Bruno Lobato Teixeira (OAB/AP 1522-A), Fábio Lobato Garcia (OAB/AP 1406-B), Marcionilia Nunes Cunha (OAB/AP 1300-A), Riano Valente Freire (OAB/AP 1405-A), Benedita Dias de Andrade (OAB/AP 993), Sônia Solange Martins Maciel (OAB/AP 218), Lindoval Queiroz Alcântara (OAB/AP 507) e Wilson Azevedo (OAB/GO 9199)

Secretaria das Sessões, 28 de maio de 2012.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA

Subsecretário da Câmara

Poder Legislativo**CÂMARA DOS DEPUTADOS****FUNDO ROTATIVO**

CGC 26.994.574/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de abril de 2012. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS CORRENTES	7.845.750,90	DESPESAS CORRENTES	531.730,72
Receita Patrimonial	365.545,89	Outras Despesas Correntes	511.762,72
Receita de Serviços	10.566,37	Outras Despesas	511.762,72
Outras Receitas Correntes	7.469.638,64	Despesa entre Órgãos do Orçamento	19.968,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	(366,15)	Outras Despesas Correntes	19.968,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	258.583,57	DESPESAS DE CAPITAL	8.398,99
Transferências Extra-Orçamentárias	258.583,57	Investimentos	8.398,99
Ordem de Transferência Recebida	258.217,42	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	258.217,42
Recebimento de Transferências Concedidas	258.217,42	Transferências Extra-Orçamentárias	258.217,42
Transferências Diversas Recebidas	366,15	Ordem de Transferência Concedida	258.217,42
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	29.637.324,47	Devoluções de Transferências Recebidas	258.217,42
Valores em Circulação	27.274.392,16	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	36.942.945,66
Recursos Especiais a Receber	27.274.392,16	Valores em Circulação	34.158.579,92
Depósitos	2.221,89	Recursos Especiais a Receber	34.158.579,92
Depósitos de Diversas Origens	2.221,89	Obrigações em Circulação	2.783.999,59
Obrigações em Circulação	2.360.710,42	RP's Não Processados - Inscrição	2.783.999,59
Restos a Pagar	2.360.710,42	Ajustes de Direitos e Obrigações	366,15
Não Processados a Liquidar	2.352.425,62	Incorporação de Obrigações	366,15
Cancelado	8.284,80	Outras Incorporações de Obrigações	366,15
TOTAL DE INGRESSOS	37.741.292,79	TOTAL DE DISPÊNDIOS	37.741.292,79

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO FINANCEIRO	34.158.579,92	PASSIVO FINANCEIRO	2.354.647,51
Créditos em Circulação	34.158.579,92	Depósitos	2.221,89
Limite de Saque c/ Vinc. Pagamento	34.158.579,92	Depósitos de Diversas Origens	2.221,89
ATIVO NÃO FINANCEIRO	315.931.520,96	Obrigações em Circulação	2.352.425,62
Realizável a Curto Prazo	315.931.520,96	Restos a Pagar Não Processados	2.352.425,62
Créditos em Circulação	315.931.520,96	A Liquidar	2.352.425,62
Outros Créditos em Circulação	317.214.921,92	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(2.352.425,62)
Provisão Para Devedores Duvidosos	(1.283.400,96)	Obrigações em Circulação	(2.352.425,62)
ATIVO REAL	350.090.100,88	Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(2.352.425,62)
ATIVO COMPENSADO	894.499,33	PASSIVO REAL	2.221,89
Compensações Ativas Diversas	894.499,33	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	350.087.878,99
Direitos e Obrigações Contratuais	894.499,33	Resultados Acumulados	333.469.495,18
		Resultados de Exercícios Anteriores	333.469.495,18
		Resultado do Período	16.618.383,81
		Situação Patrimonial Ativa	350.090.100,88
		Situação Patrimonial Passiva	(333.471.717,07)
		PASSIVO COMPENSADO	894.499,33
		Compensações Passivas Diversas	894.499,33
		Direitos e Obrigações Contratadas	894.499,33
ATIVO TOTAL	350.984.600,21	PASSIVO TOTAL	350.984.600,21

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ORÇAMENTÁRIAS	7.883.781,50	ORÇAMENTÁRIAS	540.129,71
Receitas Correntes	7.845.750,90	Despesas Correntes	531.730,72
Receita Patrimonial	365.545,89	Outras Despesas Correntes	511.762,72
Receita de Serviços	10.566,37	Despesa entre Órgãos do Orçamento	19.968,00
Outras Receitas Correntes	7.469.638,64	Outras Despesas Correntes	19.968,00
Deduções da Receita	(366,15)	Despesas de Capital	8.398,99
Mutações Ativas	38.396,75	Investimentos	8.398,99
Incorporações de Ativos	38.396,75	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	912.479,69
Aquisições de Bens	38.396,75	Interferências Passivas	412.730,56
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	10.187.211,71	Transferências de Bens e Valores Concedidos	66.808,22
Interferências Ativas	258.583,57	Transferências Financeiras Concedidas	258.217,42
Transferências Financeiras Recebidas	258.217,42	Movimento de Fundos a Crédito	87.704,92
Movimento de Fundos a Débito	366,15	Decrécimos Patrimoniais	499.749,13
Acrécimos Patrimoniais	9.928.628,14	Desincorporações de Ativos	67.809,01
Incorporações de Ativos	9.919.792,78	Baixa de Bens Móveis	28.590,00

Incorporação de Bens Móveis	144.706,39	Baixa de Direitos	39.219,01
Incorporação de Direitos	9.775.086,39	Incorporação de Passivos	431.940,12
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	550,56	RESULTADO PATRIMONIAL	16.618.383,81
Ajustes de Créditos	550,56	Superávit	16.618.383,81
Desincorporação de Passivos	8.284,80		
VARIAÇÕES ATIVAS	18.070.993,21	VARIAÇÕES PASSIVAS	18.070.993,21

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1- Contexto Operacional - O objetivo do Fundo Rotativo é prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, programas de assistência social, melhoria das condições de trabalho de deputados e funcionários e realizações outras que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

NOTA 2- Elaboração das Demonstrações - As demonstrações contábeis foram preparadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei n.º 4.320, de 1964, consubstanciados no Plano de Contas da Administração Pública Federal.

NOTA 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis - a) Disponibilidades - representadas, exclusivamente, pelo saldo da conta limite de saque com vinculação de pagamento conforme orientação da Mensagem n.º 2001/688.650 da COFIN/CCONT. b) Receitas e Despesas Orçamentárias - registradas obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei 4.320/64.

NOTA 4- Resultado Patrimonial - Apresenta no mês de abril de 2012 um superávit de R\$ 16.618.383,81.

ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA

Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA

Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Contador - CRC/DF 7.504/0-8

GÉRSO GUIMARÃES JÚNIOR

Diretor da Coordenação de Contabilidade

Contador - CRC/DF 10.119

RÓGERES DA SILVA MARQUES

Chefe do Serviço de Controle do FRCD

Contador - CRC/DF 20.067

SENADO FEDERAL**DIRETORIA-GERAL****PORTARIA Nº 54, DE 20 DE ABRIL DE 2012**

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo n.º 028.919/11-4, no exercício da competência deferida pelo artigo 13 do Ato da Comissão Diretora n.º 10/2010, com fundamento no inciso II cumulado com o inciso IV e com o Parágrafo Oitavo, todos da Cláusula Décima do Contrato n.º 048/2010, nos incisos II e III do artigo 87 da Lei n.º 8.666/1993 e no artigo 2º da Lei n.º 9.784/1999, aplica à empresa FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 00.335.380/0001-15, pena de multa no valor R\$ 1.545.960,62 (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil novecentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos), cumulada com a suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, pelos reiterados descumprimentos das obrigações contratuais que ensejaram a realização de pagamentos de seus empregados e reposição de estoques de materiais diretamente pelo Senado Federal, bem como por vícios na Apólice de Seguro Garantia.

WALTER RIBEIRO VALENTE JÚNIOR

Poder Judiciário**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****PORTARIA Nº 308, DE 28 DE MAIO DE 2012**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, considerando os artigos 54, inc. III e parágrafo único, e 55, §2º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e o contido no Procedimento Administrativo n.º 8.376/2012, RESOLVE

tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2012, nos termos do Anexo.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	156.637	5.405
Pessoal Ativo	120.359	5.405
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	2.458	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	117.901	5.405
Pessoal Inativo e Pensionistas	36.278	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	214	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	36.064	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	38.506	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	2.489	-
Despesas de Exercícios Anteriores	141	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	35.876	-

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	118.131	5.405
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		123.537
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) ¹	581.850.483	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,021232	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,043969	255,834
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,041770	243,039

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE. Emitido em 18/mai/2012 às 14h e 35m.

¹ Valor referente à Portaria STN nº 324, de 17/5/2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ALCIDES DINIZ DA SILVA
Diretor-Geral

WASHINGTON LUIZ RIBEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

MARY ELLEN GLEASON GOMIDE MADRUGA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 15, DE 25 DE MAIO DE 2012

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar no valor global de R\$ 761.497.580,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Considerando os termos do art. 54 da Lei n.º 12.465/11, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012) c/c art. 4º da Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2012), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 4, de 30 de janeiro de 2012, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 5, de 5 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 401 com compensação, no valor global de R\$ 761.497.580,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO ORESTE DALAZEN

ANEXOS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							76.239.958
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							76.239.958
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	169	76.239.958
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							58.543.321
		ATIVIDADES							
02 122	0571 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							55.147.375
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	55.147.375
		OPERACOES ESPECIAIS							
02 122	0571 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.395.946
02 122	0571 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	100	3.395.946
TOTAL - FISCAL									58.543.321
TOTAL - SEGURIDADE									76.239.958
TOTAL - GERAL									134.783.279

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							37.071.742
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							37.071.742
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	169	37.071.742